

UM EXCERTO DAS CULTURAS POLÍTICAS NOS MUNDOS  
AMERICANOS. PERSPECTIVAS CONCEITUAIS ACERCA DOS  
TRIBUNAIS *AD HOC* NAS *CAPITANIAS DO NORTE*<sup>1</sup> (SÉC XVII-XVIII)

JEANNIE DA SILVA MENEZES<sup>2</sup>

**RESUMO:** Diferentes “tradições da governança” atuaram na construção da jurisdição do Estado da época moderna em diversas partes da Europa, e da mesma forma produziram seus efeitos na América Colonial. Para esta porção do mundo, alguns estudiosos se debruçaram sobre tais tradições a partir de experiências pontuais, como Jack Greene, em suas análises das relações de autoridade em colônias como a Virgínia e John Elliot, no caso das administrações nos vice-reinados de Nova Espanha e do Peru, em situações em que elas podem ser percebidas enquanto novas fronteiras e centros autônomos. As conclusões daqueles autores acerca dos diferentes graus de autonomia destas novas fronteiras nos levam a pensar sobre as manifestações deste fenômeno também nas localidades na América Portuguesa a partir de um excerto delas: a criação *ad hoc* de tribunais. Neste trabalho, discutimos a natureza improvisada e circunstancial de alguns tribunais no Novo Mundo a partir das experiências que encontramos em um núcleo composto pela Capitania de Pernambuco e suas vizinhas, compondo as Capitânicas do Norte, na sua relação com os centros reinóis e enquanto realidades americanas imersas no mundo imperial, compondo, a nosso ver, tradições que aproximam os mundos americanos.

**Palavras-chave:** Jurisdição. Tribunais. América Portuguesa.

**An excerpt from political cultures in the american worlds. Conceptual perspectives about the *ad hoc* courts in *Capitanias do Norte* (17th-18th century).**

**ABSTRACT:** Different "traditions of governance" created the jurisdiction of the modern era in parts of Europe, and in the same way produced their effects in Colonial America. For this portion of the world, some researchers wrote about traditions from local experiences, such as Jack Greene, in his analyzes of authority relations in colonies such as Virginia, and John Elliot, in the case of administrations of the viceroys of Nova Spain and Peru, like as new frontiers and independent centers. The conclusions of these authors about the different degrees of autonomy of these new frontiers lead us to think about this event also in the Portuguese colonies in America from a point of view: the *ad hoc* Courts. In this work, we discuss the improvised and eventual nature of some courts in the New World from the experiences we find in the group composed Captaincy of Pernambuco and its neighbors, composing the *Capitanias do Norte*, in their relationship

<sup>1</sup> A expressão Capitânicas do Norte é parte de um debate na historiografia brasileira que discute as relações entre as capitânicas próximas a Pernambuco e que com ela travaram relações jurisdicionais sobretudo entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, cujo teor destas relações envolveu situações de conflitos ou então algumas convergências de interesses. As capitânicas do Norte abrangiam além da capitania de Pernambuco, as capitânicas de Itamaracá, Rio Grande (a partir de 1730, Rio Grande do Norte), Paraíba e Siará (atual Ceará). Inserimos nesta organização o território da Alagoas do Sul (atual Estado de Alagoas), que mesmo não sendo capitania, era parte do território do Sul de Pernambuco, mas que em determinado momento conquistará algumas práticas da administração colonial separadas da capitania de Pernambuco.

<sup>2</sup> Doutora em História (UFPE). Professora do Departamento de História da UFRPE. E-mail: jeannie.e.menezes@ufrpe.br

with the kingdoms and as realities in the imperial world, traditions that bring them closer to the American worlds.

**Keywords:** Jurisdiction. Courts. Portuguese America.

*Comparative history is – or should be – concerned  
with similarities as well as differences.*  
John Elliott. Empires of the Atlantic world.

Em um artigo publicado há alguns anos, Jack Greene discutiu alguns temas caros à historiografia que se debruça sobre as jurisdições e que repercutem em alguns aspectos do direito e da justiça coloniais<sup>3</sup>. Falava ele sobre certa “natureza *ad hoc* do processo que os ingleses usaram para implantar suas colônias na América” (Greene, 2010, p. 98) e ali defendeu a ideia de que os primeiros estágios da colonização testemunharam a gestação do que ele chamou de novas fronteiras coloniais, a partir de centros novos e autônomos do poder europeu sob o poder local.

Embora estejamos acostumados a ver as experiências coloniais americanas por suas diferenças, entendemos que este ponto de vista de Greene é uma perspectiva que se abre para aproximar os mundos americanos a partir de algumas situações que constatamos. Neste artigo, discutimos um excerto do caráter circunstancial do programa político da Coroa Portuguesa para a montagem dos quadros da justiça e do direito para a América, com aquela mesma perspectiva do caráter *ad hoc* encontrado nos processos coloniais dos ingleses. Analisamos, de forma pontual, algumas impressões sobre a criação circunstancial de tribunais em uma localidade da América portuguesa que teve um papel singular com o seu entorno. De forma exemplar, observamos nas interrelações entre as ouvidorias de Pernambuco e as próximas a ela, os efeitos de uma política régia de instituir comarcas e ouvidorias *ad hoc* sem vinculá-las a um programa mais geral de extensão da justiça.

Nosso intuito é perceber a ampliação dos significados acerca destas fronteiras e centros autônomos dos Impérios Atlânticos, em uma escala menor em capitânias como as de Pernambuco e Rio de Janeiro, no seu diálogo com o Reino e com sua vizinhança colonial possibilitando assim alguns exercícios de autonomia naqueles espaços

---

<sup>3</sup> Para esta análise não desconsideramos as diferenças de natureza entre os direitos vigentes nas Coroas, apenas elegemos como perspectiva de análise as relações coloniais surgidas dos programas imperiais sob a ótica do caráter *ad hoc* de institutos possibilitando a gestação de autonomias. Portanto, mais do que discutir a natureza do direito reinol, lançamos exclusivamente as sugestões aplicadas à estruturação da justiça nas colônias.

pelo viés das ouvidorias.

Sobretudo em duas obras do historiador norte-americano Jack Greene, “Pheripheries and Center” (1986) e “Negotiated Authorithies” (1994), é possível destacar em vários momentos algumas aproximações entre as experiências autonomistas de colônias instituídas nos espaços ibéricos e inglês da América que o autor sintetiza da seguinte forma:

Far from having been carried by would-be colonizers from Europe to America, authority in these empires seems rather to have been constructed in a process characterized by two phases. The first involved the creation in America, through the activities of the participants in the colonizing process, of new arenas of individual and local power. The second involved the actual creation of authority through negotiation or bargaining between those new arenas and the European centers that aspired to bring them under their jurisdiction and to which those arenas desired to be attached. (Greene, 1994a, p. 12)

Naquelas duas fases analisadas, Jack Greene empreendeu discussões sobre o ‘autogoverno’ e a ‘autoridade’ nas colônias como efeitos das soluções monárquicas inglesas, às quais reunimos algumas considerações de John Elliot (2006) sobre as colônias castelhanas em “Empires of the Atlantic World”. Como salienta Marco Pamplona, Greene em sua busca pela natureza das colônias inglesas buscou desvendar a trama das relações autonomistas gestadas ao longo da formação de cada colônia a partir “do papel das províncias como entidades corporativas as mais significativas para a sua dinâmica” (Pamplona, 2006, p. 38). Enquanto Elliot, a nosso ver, sugeriu uma “modernidade na América” por parte da monarquia espanhola que seria constatável a partir do que ele chamou de posse de estruturas institucionais que eram capazes de transmitir as ordens da autoridade central para localidades remotas (Elliot, 1998, p. 127).

As reações às políticas monárquicas para as colônias foram constantes nos mundos americanos. Mais destacadamente este efeito foi sentido nos embates das assembleias da Virgínia e da Jamaica, além das *private colonies* do centro e sul, acerca da implementação de um programa de centralização encampado pelos *Lords of Trade* na porção inglesa. Naqueles eventos, os colonos desenvolveram uma variedade de esforços no sentido de encontrar defesas legais para se protegerem do que consideravam intrusões metropolitanas (Greene, 1986, p. 15).

Do mesmo modo, aqueles efeitos também estiveram evidenciados nas revoltas contrárias à legislação oriunda do reino de Castela que motivaram levantes na América Espanhola desde o primeiro século de colonização, como o movimento pizzarrista de 1544, por trás do qual, segundo Elliott, “estava a resistência dos homens de espada a aceitar o controle de homens da pena” (Bethel, 1998a, p. 194). E ainda nas pretensões autonomistas dos *cabildos*, como ocorrido na Cidade do México em 1528, quando foi requerido o direito de voto nas Cortes de Castela, contra o qual se opôs a Coroa, originando tensões políticas e debates daquele tipo (Bethel, 1998b).

E, fechando o quadro tenso dos mundos coloniais, as “alterações” que partiram das câmaras coloniais em capitanias como Pernambuco e Rio de Janeiro, nas quais a partir da segunda metade do seiscentos eclodiram revoltas entre grupos rivais ensinando a defesa da “república”, com um sentido estrito de comunidade, além do reconhecimento de autoridades já constituídas<sup>4</sup>. Os moradores da Capitania de Pernambuco presenciaram ou participaram ativamente de um movimento que registrou o que chamamos de experiências autonomistas, no sentido dos eventos da expulsão do então governador da Capitania bem como nas exigências contrárias às determinações régias que, segundo Evaldo Cabral, reacenderam o “imaginário da restauração”. Em vias de estabelecer os *juízos da Coroa*, os abusos de agentes régios alimentaram as disputas entre câmaras, governadores e magistrados, além de religiosos. O Marquês de Montebelo, na segunda metade do século XVII, então governador da capitania, escrevia para a Coroa sobre as hostilidades entre as duas povoações e assim se referia aos moradores: “é a gente desta terra, entre todas do Brasil, a mais fácil e pronta para os motivos da desobediência, aos governadores que nela representam a pessoa de Vossa Majestade, como a experiência o tem o demonstrado” (Guerra, 1984, p. 131).

As contestações em torno do movimento denominado de “Alterações de Pernambuco” ou de “Fronça dos Mazombos”<sup>5</sup> em seu sentido mais atualizado, refletiram

<sup>4</sup> Entre os muitos trabalhos que temos sobre a temática, selecionamos o texto de Charles Boxer, *Portuguese society in the tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510- 1800*; e, para as câmaras de Pernambuco, o trabalho de George Cabral, *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*.

<sup>5</sup> Ambas as nomenclaturas são apontadas por Evaldo Cabral de Mello, As “Alterações de Pernambuco” como a primeira expressão oriunda de um anônimo que testemunhou o levante e deixou sobre ele uma *Relação do levante que houve em Pernambuco e do que nele sucedeu depois de um tiro que deram ao governador Sebastião de Castro e Caldas*, a segunda é expressão do próprio Evaldo Cabral e reflete o caráter elitista e continuado do movimento da nobreza (Mello, 2008).

um comportamento político dos atores envolvidos quanto às “suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (Sohiet, 2005, p.30), como sugere Ângela Gomes para o estudo das culturas políticas.

Era neste espaço em que se processava uma relação necessária de autoridade comum às realidades coloniais americanas que, assim como nos Impérios britânico e espanhol, foi também visível na América Portuguesa, e ocorria, segundo Greene, “necessarily also the product of a process of negotiation among royal demands emanating from the center and local powder and opinion deriving of the peripheries” (Greene, 1994b, p. 20).

Como parte das políticas de negociação das coroas, tanto nos reinos Ibéricos quanto nas extensões imperiais, a prática de instituir órgãos *ad hoc* pode ser observada. Tais políticas eram caracterizadas por uma necessidade circunstancial de nomeação de um agente para determinado cargo ou a criação de um instituto que passava a conviver com outros preexistentes. Quase sempre era o resultado de uma situação de ‘emergência política’, mas também poderia expressar algo nada incomum ao programa das culturas políticas modernas que era a natureza circunstancial e “dissimulada” de um programa político, como afirma Xavier Pujol (1991).

Em nosso esforço de aproximação entre as experiências coloniais na América, perseguimos as diferentes manifestações do surgimento de novas localidades<sup>6</sup> no mundo colonial que assumiram alguns papéis de centros tanto nas colônias inglesas quanto nas realidades coloniais íbero-americanas. Neste sentido, apontamos três aspectos do assunto neste artigo. Em primeiro, alguns elementos da natureza *ad hoc* e as culturas políticas reinóis, em seguida as situações que levaram ao autogoverno da justiça, e ainda as sugestões das criações de tribunais *ad hoc* gestadas em Pernambuco.

### **A natureza *ad hoc* dos tribunais do Novo Mundo e as culturas políticas.**

Em uma clássica disputa entre o Conselho Ultramarino e o Desembargo do Paço no século XVII, referida por Pedro Cardim (2005) houve alguns embates de com-

---

<sup>6</sup> O conceito de localidades é aqui referenciado pelas análises do historiador Gil Xavier Pujol (1991) em suas discussões sobre centralismo e localismo com a perspectiva do impacto do Estado Moderno na vida local das comunidades e que dá ênfase aos aparatos do judicial e das formas jurídicas do ordenamento.

petências, pois a criação de um novo conselho abarcaria as tarefas daquele que o antecedeu e com ele conviveria. Aquela disputa não foi nada incomum aos espaços coloniais, uma vez que as disputas entre governadores gerais e de capitanias, além de serem o resultado de uma cultura política<sup>7</sup> que promovia a criação *ad hoc* de órgãos, tribunais e cargos gerando sobreposições de tarefas e de jurisdição anteriores.

Aquela criação do “órgão palatino especializado ‘nas partes das conquistas’” (Cardim, p. 47), como ao Conselho Ultramarino se referia o conselheiro Delgado Figueira, teve em vista reger os “problemas cada vez mais especializados que as ‘conquistas’ suscitavam”, ou seja, todas as esferas de atuação do reino nas colônias. No entanto, no reino, a amplitude das tarefas atribuídas ao Conselho deu início a querelas jurisdicionais com o Desembargo do Paço, que teve muitas de suas tarefas suprimidas.

Na administração dos mundos ultramarinos por Castela não acontecia diferente. Sobre ela, Elliot destaca que os órgãos criados “a imagen y semejanza de los da península” foram se impondo “al improvisado sistema administrativo creado por los conquistadores” (Elliot, p. 184, 1978). A cultura política existente nos reinos de Portugal e Espanha para instituir ofícios, tribunais, conselhos *ad hoc* passou a ser também realizada nas colônias com o protagonismo dos conquistadores para no século que se seguiu à conquista ser regida pelo Conselho Ultramarino ou pelo Conselho das Índias.

Para este segundo momento, temos o exemplo da comunicação gerada pelo Conselho Ultramarino na criação dos juízes de fora em Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraíba. Pernambuco, apesar de uma localidade em princípio “periférica”, no âmbito da América portuguesa, porém constituía uma centralidade na medida de suas relações “burocráticas” com as áreas vizinhas da Comarca de Alagoas, ao sul, e das Capitanias de Itamaracá, da Paraíba com sua comarca e do Rio Grande, ao norte, além de suas dinâmicas comerciais no mundo atlântico.

As implicações desse processo foram muitas e algumas bem surpreendentes. Primeiro, o reconhecimento dos arranjos jurídicos e das práticas legais dos “súditos coloniais”. Em segundo lugar, o surgimento de centros mais ou menos autônomos de

---

<sup>7</sup> A noção de *Cultura Política* aqui empregada considera como Serge Bernstein definiu: globalmente, “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política” (BERNSTEIN, 1998, p. 350). Sobretudo, a ideia de adequar ao conceito o contexto de *Antigo Regime*, que atribui mais abrangência ao conceito.

poder europeu sob o controle local e, por sua vez, o encorajamento à criação de componentes representativos nas colônias. Por último, o enraizamento de uma tradição de governança consensual.

A criação de assembleias representativas nas colônias inglesas testemunhou o alto grau de autogoverno que elas atingiram, apesar de especialmente a partir de 1660 ter havido uma política ambivalente da Coroa em relação a elas, o que levou à temporária manutenção das assembleias, mas não do exercício do autogoverno e a consequente abolição destas em 1686 (Tully, 1991).

Por sua vez, a convivência entre os instrumentos legais de Castela com algumas codificações dos nativos quanto a certos procedimentos marcou a experiência colonial hispânica sem, no entanto, permitir a formação de assembleias nos vice-reinos da América. A América portuguesa viveria a experiência mais limitada neste sentido da autonomia. Nela, em princípio, não houve a criação de instrumentos legislativos no seu nível local, tampouco houve o favorecimento de assembleias representativas de expressão.

Apesar das limitações na experiência portuguesa, a chamada “representação da nobreza da terra de 1704” indicia o tema das autonomias coloniais na América portuguesa. Segundo Evaldo Cabral, “proclamar a restauração como obra dos luso-brasileiros subentendia que ela fora alcançada sem qualquer apoio da coroa” (Mello, 2008, p. 94), o que a nosso ver correspondeu a um ensaio de autonomia, pois, através de um discurso que arrogava privilégios e garantias, os “moradores da terra” anunciaram pretensões assemelhadas ao que ocorria entre os colonos da América inglesa e conquistadores da América espanhola. Avalia Fernanda Bicalho que, na análise de Evaldo Cabral, “o imaginário político que deu corpo a esse discurso fundava-se, segundo o autor, numa concepção contratual ou pactícia que não era estranha à teoria do direito ibérico no Antigo Regime” (Bicalho, 2005, p. 90).

Nesta discussão ganhou sentido o pressuposto de que a composição das monarquias modernas em seu caráter “compósito” atribuído às monarquias da Espanha e Inglaterra, e “corporativo”, mais aparentado com as feições da monarquia portuguesa, é capaz de perspectivar os arranjos de cada uma delas no contexto da formação de seus impérios ultramarinos. Fragoso & Gouvêa (2009) fazem uma síntese pertinente ao assunto,



Para evitar equívocos chamamos de monarquia pluricontinental algo distinto de monarquia compósita. Para Elliott, esta última monarquia--tendo como referência principal o caso espanhol--era algo constituído por vários reinos, com estatutos próprios que preexistiam a formação de tal monarquia. Os vários reinos eram, desse modo, preservados, nos termos de suas formações originais, com seus corpos de leis, normas e direitos locais. Cada uma dessas unidades mantinha sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo. A monarquia pluricontinental é aqui entendida de modo bastante diverso. Nela há um só reino --o de Portugal--, uma só nobreza de solar, mas também diversas conquistas extra europeias. Nela há um grande conjunto de leis, regras e corporações--concelhos, corpos de ordenanças, irmandades, posturas, dentre vários outros elementos constitutivos--que engendram aderência e significado as diversas áreas vinculadas entre si e ao reino no interior dessa monarquia. (Fragoso e Gouvêa, 2009, p. 42).

Em decorrência daqueles arranjos monárquicos, o programa político de cada Coroa pôde ser desenvolvido de variados modos, adaptando-os ou impondo seu formato de acordo com o modelo de incorporação que caracterizava os mundos coloniais formalmente nos quadros da monarquia. Entendemos que a natureza do programa político de cada uma das monarquias poderia ser revelada nos momentos em que havia a determinação de instituir concelhos e tribunais nos espaços coloniais. Uma vez que estes concelhos e tribunais representaram espaços de comunicação direta ou indireta com o reino, neles também residiam as forças motivadoras das autonomias locais, e, deste modo, cada programa político selava a orientação que deveriam ter as culturas políticas ali gestadas.

Embora estando as câmaras subordinadas a diferentes funcionários régios, com suas respectivas jurisdições, vários graus de autonomia foram gestados ao longo dos séculos iniciais da colonização, ao que a Coroa respondeu estabelecendo controles na transição do século XVII para o século XVIII. Daí por diante a criação espontânea dos institutos cedeu espaço para programas mais elaborados por parte das Coroas, em suas tentativas de refrear os ânimos das elites, o que levou ao exercício cada vez mais frequente do caráter consensual dos governos.

### **Autogoverno da justiça no programa político imperial**

O próprio Estado dinástico se orientava na pessoa do rei, embora pudesse se



comportar como burocrático e impessoal, afirma José Millán (2009). Esta afirmação do estudioso espanhol é nosso ponto de partida para a discussão sobre o sistema juridificado que as monarquias modernas instalaram em suas colônias a partir do século XVI. Em linhas gerais, tal constatação se explica pelo fato de que,

(...) a lenta transformação da trama jurídica da Idade Média tardia e a gradual construção política da cultura política da Idade Moderna passaram, portanto, desde o âmbito das relações domésticas e da corte ao plano da doutrina política propriamente dita através da recuperação e da transformação das categorias centrais da tradição clássica (...) (Millán, 2009, p. 26)

O favorecimento de uma administração da justiça que se desenvolvia de modo quase autoregrado, em virtude do alargamento das funções dos magistrados teria sido um caminho para a prevalência de uma “slow creolization or naturalization of the royal bureaucracy in America” (Greene, 1994c, p. 18). Como reconhece Elliot, a política dos Reis Católicos limitava aos grandes nobres os mandos do exército e os vice-reinados e “para el servicio en la Corte y en los tribunales de justicia a hombres procedentes de familias hidalgas o de la burguesia” (Elliot, 1978b, p. 189).

Comparativamente, Portugal produziu resultados similares aos hispânicos quanto à promoção de magistrados oriundos do reino, embora apenas na Bahia, de modo mais aparente, a Coroa tenha mobilizado esforços para definir um programa mais sistemático para o judicial com a instalação do Tribunal da Relação. Em *Burocracia e Sociedade*, Schwartz (2011) já chamava a atenção para a autonomia e a busca dos próprios interesses pelos magistrados, mais ainda, por suas “negociatas” e pelo estabelecimento de vínculos com instituições e moradores da terra. Apontando os percursos gerais para as carreiras da magistratura na América portuguesa, Nuno Camarinhas (2009) ressalta o investimento da Coroa em favorecer os naturais do reino, no entanto, há paralelamente um esforço no sentido de possibilitar a atuação dos naturais da América nos postos da judicatura em terras americanas.

Exemplificando aquela afirmação, a Coroa portuguesa procurou desenvolver no âmbito da implantação de uma justiça um programa bastante tímido inicialmente e que esteve atrelado às conjunturas que originavam reformas na estrutura judicial, como foi o caso da instauração da Relação bem como a criação de novas comarcas lito-

râneas em fins do século XVII no contexto de reorganização do judicial ou o favorecimento de mais controles mediante a sua instituição nas áreas sertanejas. Se comparado ao papel representado pelas audiências na América espanhola, ainda que elas também estivessem atreladas aos deveres mais fiscais e menos judiciais, o programa português foi ainda menos sistemático.

Em Pernambuco, uma capitania que desenvolveu certa centralidade na relação com algumas áreas vizinhas devido a uma série de interferências na administração judicial nas comarcas de Alagoas, Paraíba e também no Ceará, a criação dos cargos de juízes de fora -parte ocorreu em um contexto em que a Coroa buscava uma administração mais eficaz da localidade como se vê da justificativa apresentada pelo Conselho Ultramarino para a sua instituição:

(...) deve oferecer a grande utilidade que se pode **definir a divisão da comarca em benefício da real fazenda e bem comum dos que são da Capitania de Pernambuco** (grifo nosso) para o servir (...) não só ter juiz em Olinda mas que se ordenem em mais e assinalando os distritos onde pode ter a sua assistência porque por ser tirado administração do juízo no das causas por meio do que isso acudir no expediente de que se demorem se achar ao ouvidor mor e delitos naquelas distancias ordeno para o dito lugar e administração da justiça (AHU, avulsos de PE, 1697).

Os argumentos para criar o cargo de juízes deveriam ser orientados para o menor ônus possível para a Fazenda, bem como uma previsão de ganhos. Já as questões de justiça passariam ao largo da discussão, é o que informa o parecer conclusivo do Conselho:

Já desde a Bahia fiz presente a Sua Majestade que se convinha não só a administração da capitania, mas ainda a arrecadação e aumento dos direitos reais que os capitães administram, haver naquela cidade e nas de Olinda e Rio de Janeiro juízes de fora; (grifo nosso) e é sem dúvida, que mais perde a fazenda Real com a falta destes ministros nas fazendas de que podem importar muito copiosos ordenados, que destas vilas devem. Já Sua Majestade foi servido, criar juiz de fora na Bahia, e lá, e será adiante o lugar assistido; e o não será menos o de Pernambuco, e o do Rio de Janeiro. Pernambuco se há de consignar o ordenado nos impostos que administra a câmara em que há sorteios, paga a infantaria; e (...) ainda reúne mais sobras de que se lhe pague. Ao Rio como serem os tributos para as novas guarnições e fortalezas, não será justo que se imponham outros que com estas não bastam

para as despesas a que estão consignados, e a Fazenda Real, o contrato das baleias está mais livre, me confirmar com o governador contrair de fora da câmara para que nela se pagaria ordenado do juiz de fora, certas haverão propinas da câmara, que (...) os juizes ordinários como o mais que se fez ao da Bahia. (AHU, avulsos de Pernambuco, doc. 1792).

Ao que nos parece, a investida nos juizes de fora foi parte de um programa que ainda inseria o judicial como um segmento circunstancial e, portanto, a criação de ouvidorias/comarcas junto à inserção de juizes letrados em substituição aos iletrados juizes ordinários, ao invés de propor uma sistemática de estruturação para o judicial representou mais um momento em que foi praticada a política *ad hoc* para institutos na América portuguesa, como vimos no arranjo produzido para Pernambuco e Rio de Janeiro. Isto porque constatamos os improvisos da instituição de juizes letrados para Pernambuco nas suas atuações nas duas primeiras décadas do século XVIII (AHU, 015, Cx. 24, D. 2217)<sup>8</sup>.

Partindo das diferentes perspectivas do modelo de composição ao qual se filiava cada monarquia, temos ainda um fato em comum a elas que foi a articulação do poder em torno da Corte no centro das relações ou em parceria com outros mecanismos. No caso de Castela e de Portugal, reforçando os espaços cortesãos no reino ou criando cortes vice-reais, as noções de hierarquia e autoridade derivavam da monarquia. Em contrapartida, para a Inglaterra a corte e a sociedade de corte não constituíram o núcleo, mas apenas um deles (Elias, 2001, p. 113) uma vez que os tribunais e o parlamento eram os pilares da liberdade inglesa, porém nas colônias tais instrumentos foram apenas encorajados mediante a garantia de direitos (Greene, 2010, p. 102).

Apesar dos diferentes modos de referenciar a autoridade e a hierarquia, em comum às três monarquias em questão havia a perspectiva de “um sistema político ‘juridizado’”, o qual esteve presente na concepção de todas as colônias por elas administradas, mesmo nos instantes iniciais dos dois séculos quando as políticas *ad hoc* imperavam. Isto porque uma configuração marcadamente jurídica marcou as interações sociais nas monarquias e sociedades no contexto do Antigo Regime, ainda que as

<sup>8</sup> Aquelas relações de conflito com os poderes locais foram desde cedo sentidas quando da atuação do primeiro juiz de fora em Pernambuco. Manoel Tavares Pinheiro iniciara suas funções em 24 de maio 1702 e o exercera até o ano seguinte, sendo então substituído por Roberto de Carvalho e este por Luiz de Valensuela Ortiz. Quando este terceiro juiz de fora de Pernambuco assumiu o exercício de seu ofício eclodiram os levantes dos mascates.

estruturas judiciais tenham sido valorizadas em diferentes graus nas respectivas colônias americanas. Mediante esta orientação, os processos de expansão e de burocratização estatal empreendidos nas colônias americanas imprimiram aquela marca descrita por Stuart Schwartz (2011) de “uma concepção curiosamente legalista do governo e da vida”. Esta concepção levou a uma constante aproximação da governação com a justiça e a uma percepção utilitarista e circunstancial da sociedade em relação ao judicial, a nosso ver.

A referência ou não de um sistema ‘juridizante’ na nossa experiência colonial é parte das discussões do contexto historiográfico atual. No debate, Laura de Mello estabelece uma crítica para o que ela chama de uma “supervalorização dos textos jurídicos” (Souza, 2006) pelo historiador do direito António Hespanha e sua dificuldade de aplicação no mundo das colônias, tendo em visto que ele “não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma, da teoria ou da lei, que muitas vezes permanecia letra morta e outra tanta se inviabilizava ante a complexidade e a dinâmica de situações específicas” (Souza, 2006b, p. 56).

Às críticas de Laura de Mello responde Hespanha (2010) que “longe de um cristalino império da lei”, o que temos na América portuguesa era uma “confusa colcha de retalhos de situações jurídicas e soluções jurídicas *ad hoc*, que a historiografia tradicional muitas vezes descreve como abuso, ignorância jurídica e confusão” (Hespanha, 2010b, p.58). Enfim, o historiador português defende a ideia de uma “justiça crioula” que convivia com um direito nativo e com o direito comum europeu o que legou para a América ibérica o que ele chama de uma “ilha de direito não oficial e autônomo” (Hespanha, 2010c, p. 59).

Aproveitamos aquele debate para reforçar nossa discussão acerca das “soluções *ad hoc*” nos meios judiciais, seja mediante a instituição de tribunais, seja pela via das nomeações circunstanciais de governadores interinos e de magistrados, ou ainda, para a solução das demandas judiciais. Nas conclusões de John Elliot sobre as experiências imperiais inglesas e ibéricas, aquele programa pode ser tratado à luz de algumas situações que caracterizaram a circunstancialidade da legislação e das soluções jurídicas encontradas na América. Sobre o assunto, Pamplona destaca uma distância suscitada por Greene sobre as realidades burocráticas inglesas e ibérica, segundo o qual:

os colonos na América inglesa e seus agentes (magistrados e representantes) encontravam-se restringidos pela herança cultural e legal metropolitana. Essa herança era entendida como sendo o sistema similar de leis e governo, sistema este que lhes permitia regulamentar relações sociais e econômicas e legislar sobre a aquisição e circulação da propriedade, sob a forma de terra, escravos e bens materiais. (Pamplona, 2006, p. 41)

Diferentemente do mundo anglo-americano, a América hispânica e a portuguesa não eram governadas por uma experiência jurídica anterior, mas sim por decretos específicos e cláusulas codificadas, além de elaborações de tratadistas<sup>9</sup>. Na América Hispânica, os funcionários do rei foram rápidos no sentido de impor a justiça régia e as leis de Castela. Tal não ocorreu de forma tão sistemática na América portuguesa. Nas colônias inglesas, por outro lado, os colonos exerceram certa liberalidade por um bom período desde a primeira colônia na Virgínia até 1686, quando as assembleias foram abolidas, extraíndo da melhor forma possível exemplos jurídicos de autores e manuais escritos para juízes de paz ingleses (Pamplona, 2006b). De qualquer modo, nos mundos coloniais a uniformidade legal sempre foi problemática, pois sempre houve a exigência de uma legislação local que convivesse em harmonia com o pluralismo jurídico e, por vezes, institucional.

Comparativamente, as tradições normativas de Portugal e de Castela foram encaminhadas de modos diferentes, à medida que a presença mais decisiva de agentes e tribunais na América hispânica garantiu maior visibilidade para a ordem jurídica e um maior volume de legislação, ao passo que a América portuguesa somente iria sofrer maior ingerência dos tribunais a partir do século XVIII.

Deste modo, os diferentes significados acerca da jurisdição e das competências governativas locais a partir da criação de institutos dentro daquele “sistema político ‘juridizado’”, caminharam no sentido da promoção do autogoverno local em diferentes graus de autonomia na América. A promoção das autonomias mediante a criação *ad hoc* de institutos sem vínculos com uma tradição local ampliava as chances do estabelecimento de novas tradições. Por outro lado, a existência do júri, o controle do governo local, o poder de votar numa assembleia e de poder fazer parte dela, expuseram os colonizadores ingleses a oportunidades mais amplas do que aquelas disponíveis

<sup>9</sup> Em um estudo recente, o historiador Rafael Ruiz apresenta um quadro historiográfico e um conjunto composto por tratadistas que atuaram na Primeira Modernidade (Ruiz, 2015).

à população mestiça da América espanhola e portuguesa.

Foi, portanto, por caminhos diversos que houve a infiltração das elites coloniais nas chamadas “agências de administração da colônia”, que foi por toda parte sentida. Mediante esse fenômeno ocorreu cada vez maior a “naturalização dos oficiais enviados do centro aumentou a influência das periferias na governança imperial” (Greene, 2010 p. 111). Embora vistas de diferentes modos em cada porção colonizada, as assembleias ou câmaras locais iniciavam ou dinamizavam o processo de disseminação de nobrezas o que talvez tenha derivado o caráter autonomista que elas assumiram em graus diferentes, mas sempre na direção da defesa dos grupos de interesses locais devido às conjunturas que assolavam a monarquia portuguesa.

António Hespanha (2010) resume as perspectivas das instituições coloniais pelos seguintes traços característicos:

a vitalidade da sociedade colonial, o seu direito espontâneo ou popular, o poder surpreendente das câmaras, bem como da nobreza da terra, a rápida integração dos oficiais da Coroa nas redes locais e o não cumprimento das ordens das leis régias (Hespanha, 2010, p. 51).

Três situações distintas, porém, coincidentes originaram espaços locais para o desenvolvimento do autogoverno na América. Em primeiro, as assembleias representativas na América inglesa que foram marcadas por um alto grau de autonomia política e administrativa dos grupos ali organizados. Elas foram seguidas pelos cabildos, que registraram a convivência entre os instrumentos legais de Castela com as codificações nativas e possibilitaram uma dinâmica de geração de instrumentos legais originando o *Derecho de las indias* e, mais tarde, fomentaram as independências coloniais. De forma mais limitada, as câmaras da América portuguesa têm despertado o interesse no sentido desta discussão sobre a busca de autonomia pelos grupos locais, e tem sido perceptível que muitos ensaios autonomistas também foram testemunhados pelos agentes das câmaras.

**Uma justiça *ad hoc* para Pernambuco e sua vizinhança colonial - Uma experiência autonomista.**

Em meio a uma nova organização do aparelho da justiça nas capitanias em fins do século XVII na América portuguesa, um processo judicial que perdurou até 1717 era demandado e em discussão estava a condição donatarial da Capitania de Pernambuco iniciada em meados do século XVI. A ouvidoria de Pernambuco criada sob o poder senhorial naquele século, no ínterim da demanda jurídica passou a ter ouvidor nomeado pela Coroa a partir de 1654 inaugurando uma nova fase em termos de institutos, nomeações e discussões sobre a jurisdição de seus agentes governadores e ouvidores, além de alguns limites à ação dos seus agentes camarários. Desde então, as tensões entre magistrados foram registradas em diversos momentos na documentação, aparentemente estimuladas pelas mudanças no novo arranjo judicial na circunscrição judicial sediada em Pernambuco<sup>10</sup>.

Como analisamos em artigo a ser publicado<sup>11</sup>, alguns episódios da convivência turbulenta entre autoridades do judicial e agentes das câmaras demonstraram, entre outros aspectos, o caráter apressado dessa primeira criação sistemática das comarcas e dos cargos de juízes letrados. Mafalda Cunha & Antônio Nunes (2016), em um artigo intitulado *Territorialização e Poder*, ressaltam a ideia de que a “*organização política do espaço colonial partiu da construção do aparelho judicial*”. Em linhas gerais, ambos sintetizam que o decalque da arquitetura judicial do Reino na conquista lusa teria gerado “coincidências entre as circunscrições políticas e judiciais e coexistência de dois modelos de governo e administração judicial até 1790” (Cunha e Nunes, 2016, p. 07).

Tais coincidências geraram a convivência de institutos oriundos da fase inicial da conquista com tribunais criados no segundo momento, de caráter mais sistemático. Resultantes deste processo: a) a administração da justiça como principal campo da governação na América portuguesa e, como tal, a disseminação de aparatos judiciais partindo de um centro/núcleo difusor de indivíduos, lógicas e “tensões acomodativas”; b) um desdobramento do que Cunha e Nunes chamam de “caráter experimental” do modelo português que teria se desenvolvido com a resiliência do modelo donatarial,

<sup>10</sup> Tomamos como referência do conceito de circunscrição oriundo das discussões de Ana Cristina Nogueira quando trata do modelo espacial do Estado Moderno em Portugal no qual caracteriza as *circunscrições territoriais* enquanto áreas de atividade dos oficiais da administração central ou periférica.

<sup>11</sup> Artigo produzido por Jeannie Menezes e Mariana Almeida sobre “A circulação dos magistrados coloniais de Pernambuco e as tensões entre autoridades na capitania no século XVIII”, a ser publicado pela *Revista Documentação & Memória*, editada pelo Memorial do Tribunal de Justiça de Pernambuco em seu n. 08 (no prelo).



uma vez que ampliamos a perspectiva dele ao observarmos as petições dos moradores como elemento a mais desta instalação, além da necessidade de desnucleação das demandas judiciais.

Ao incluir os processos de montagem do aparato judicial na nossa área de investigação nas três fases apontadas por Cunha & Nunes temos um quadro sugestivo acerca dos tribunais e do arranjo judicial. Quadro este que a capitania na nova distribuição de suas ouvidorias/comarcas, vivenciou a partir de alguns dados apresentados em um trabalho anterior<sup>12</sup>.

Na primeira fase apontada por Cunha & Nunes, o evento mais significativo foi a chamada “transposição senhorial de Pernambuco para a condição de régia”. Nela, a ouvidoria de Pernambuco criada pelo donatário passou a ter um magistrado nomeado pela Coroa a partir de 1653, cuja jurisdição então abrangia as capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba. A esta fase, eles atribuem um caráter experimental, no qual destacamos os tribunais *ad hoc* que caracterizavam a ouvidoria e que, no entanto, passaram a referenciar a expansão da justiça para outras paragens da vizinhança somente ocorrida nas fases seguintes.

Naquele sentido de busca de mais racionalidade administrativa, tivemos entre 1654 e 1755 em Pernambuco algumas mudanças no quadro institucional. Junto a uma política régia mais voltada para a criação de comarcas e de organização do aparato judicial, os conflitos jurisdicionais e as tentativas de anexação de capitanias vizinhas a Pernambuco se estenderam até 1755, quando foram então consolidadas. No geral, a subordinação a Pernambuco e/ou a necessidade de anexação de capitanias vizinhas partiu de discussões iniciais e da proposta de anexação das capitanias do Rio Grande e Itamaracá à Paraíba, sobretudo nos começos do século XVIII. (Guedes, 2013)

Sobre aqueles começos da pretensa subordinação das capitanias referidas a Pernambuco, Almeida Prado aponta a relação próxima com Itamaracá, a partir da qual se seguiram “as entradas na Paraíba, daí subindo os luso-brasileiros ao Rio Grande, de onde lhes tornou possível invadir o Ceará e em seguida expelir os franceses do Maranhão”. (Prado, 1942, p. 89).

---

<sup>12</sup> Trabalho apresentado no VI Encontro Internacional de História Colonial na Mesa-redonda: A Justiça D’El Nosso Senhor nas Capitanias do Norte: jurisdições, leis, magistraturas e ofícios judiciais em circulação na América Portuguesa (XVII-XVIII), no ano de 2016.

É nas décadas finais do XVII que constatamos uma tentativa de desmonte daquele arranjo inicial. Nela, a criação da ouvidoria da Paraíba em 1688, integrando os territórios de Itamaracá, Rio Grande e Ceará e a vinda dos juizes de fora atendiam a um programa da Coroa que tendeu a separar as esferas de governo e administração judicial. No entanto, ao percorrermos as dinâmicas que se efetivaram nas demandas judiciais, percebemos que o programa buscava atender a uma regulação mais significativa da chamada “expansão sertaneja”. Também nesta fase emergiram problemas oriundos da falta de uma sistemática no arranjo dos tribunais que fizeram eclodir confrontos jurisdicionais entre Pernambuco e a sua vizinhança, sobretudo em função do relacionamento entre as novas comarcas criadas.

Talvez em função daquelas indefinições, a princípios do século XVIII, ainda havia queixas sobre a falta de magistrados letrados em Pernambuco. Segundo Virgínia Almoedo “de acordo com o que escrevia D. Lourenço de Almeida<sup>13</sup> a D. João V, em 1716, informando da ‘paz que reinava na Capitania’”, constituindo-se uma exceção do que revela:

[...] só a queixa que há entre alguns é experimentarem alguma falta de justiça nas suas causas, porque como serve de juiz de fora um vereador não pode este deixar de fazer algumas sem razões porque como não é letrado, muitas vezes não se livra de cair em alguns absurdos, e ainda maiores se cometerão se o vereador que presentemente serve não fora homem bem intencionado: ambos estes povos da cidade, e Recife estão desejando que Vossa Majestade lhe faça a mercê de lhe mandar juiz de fora, porque é sumamente preciso que haja um ministro de letras neste lugar [...]. (AHU., Caixa 27, d.2483. Carta de D. Lourenço de Almeida ao rei. 1716)<sup>14</sup>

Além das questões técnicas aparentemente não sanadas imediatamente pela Coroa para sua montagem judicial, embora quisesse instituir uma justiça mais profissional demandada por homens letrados, emergiram outras questões na esfera das jurisdições acentuando tensões entre os agentes de capitanias distintas.

Nesta fase, na qual está inserida a criação da Comarca de Alagoas em 1712, alguns elementos direcionados para os negócios coloniais, tais como a exploração dos

<sup>13</sup> D. Lourenço de Almeida foi o último governador de Pernambuco como Capitania Hereditária, servindo entre os anos de 1715 e 1718.

<sup>14</sup> Documento citado por Virgínia Assis (ASSIS, 2001, p. 111).

recursos minerais e as necessidades e enquadramento administrativo e fiscal, revelam também a ausência de uniformização dos procedimentos e de um programa direcionado para a judicialização dos conflitos. O professor Antonio Caetano (2011) expõe que a criação desta comarca não trouxe necessariamente uma autonomia em relação à capitania de Pernambuco, sobretudo pelo envolvimento dos moradores das Alagoas que mesmo almejando um território mais autônomo, não aceitavam as atuações dos primeiros nomeados para a comarca de Alagoas que agiam comumente em busca de interesses pessoais. Não era peculiar à administração colonial que a demanda de interesses pessoais de funcionários do Rei fosse motivadora de conflitos entre estes homens que estavam ao serviço do Rei.

Sobretudo havia uma ausência de quadros técnicos e os cargos de escrivães, meirinhos, entre outros, eram justificados pela memória de serviços prestados na guerra holandesa. Deste modo, o provimento de ofícios na Capitania de Pernambuco e nas suas vizinhas encontrou no “Direito natural da conquista” o mote para os cargos da justiça, milícia e fazenda oferecidos como prêmios, com exceção dos ouvidores que eram nomeados pela Coroa. Segundo Mozart Menezes (2005),

Passados alguns anos, antigos soldados ajustaram as contas com a Coroa de olho nas gratificações que consideravam merecer pelos anos de guerra. Pilhas de documentos, *cartas de serviço*, singraram o Atlântico em direção ao Reino, relatando feitos heroicos dos interessados na partilha dos ofícios que cobririam a administração na Paraíba. (Menezes, 2005, p. 69).

Por fim, na fase que encerra o recorte da discussão deste artigo houve uma reorientação acerca da criação de comarcas ao norte do Estado do Brasil através de uma tentativa de interiorização do judicial mediante a instalação da Comarca de Aquiraz no Ceará em 1723. Além disto, teria havido uma disseminação dos juízes de fora e o que Cunha & Nunes chamam de “fechamento das fronteiras de certas comarcas”.

Na tentativa de entender aquele contexto, nos deteremos neste século XVIII, quando teria havido o empreendimento de novas culturas políticas nos programas da monarquia portuguesa no sentido de uma razão de Estado. Como sugere Mônica Ribeiro (2007),

Essa ‘razão de Estado’ se apresentava então, no império português, como um claro indicativo do surgimento de novas estratégias de governo no setecentos, buscando-se uma maior racionalidade administrativa e uma preocupação crescente com um ordenamento político, econômico e fiscal que trouxesse maiores vantagens para a Coroa e seus súditos. O Estado do Brasil tornou-se um dos principais palcos de implementação dessa nova “razão de Estado”, consubstanciando-se assim em espaço privilegiado para o surgimento de uma nova cultura política, que se distinguia da anterior por expressar uma maior racionalização governativa. (Ribeiro, 2007, p. 147)

Paralelamente àquelas políticas, em um nível regional, os governadores, magistrados e oficiais militares, indiciaram a busca por mais autonomia, a nosso ver. Tal autonomia também poderia ensejar a reunião de localidades que poderiam fortalecer seus poderes em alguns momentos. Em meio a estas possibilidades, a ideia de subordinação das capitanias vizinhas a Pernambuco constituindo um complexo regional na América portuguesa, ensejou debates entre autoridades que a defendiam ou reagiam a ela. No entanto, um dado em particular sobre a ideia de subordinação nos permite entender os significados da subordinação para um grupo de localidades interligadas por algumas vias institucionais e por algumas práticas administrativas. Hespanha nos explica que a subordinação “não correspondia a ideia de menor dignidade, mas antes um específico lugar na ordem do mundo” (Hespanha, 2010, p. 55), o que nos leva a pensar sobre os pedidos para anexação das capitanias do Rio Grande e Itamaracá à Paraíba, propostos por João Maia da Gama em 1710, como uma necessidade de acesso a mecanismos institucionais mais eficazes, corrigindo desta maneira a ausência de políticas reinóis mais eficazes par ao judicial.

Como exemplos do que dissemos, em primeiro, as câmaras se empenharam na instituição de uma Relação em Pernambuco, segundo elas, justificada pela “contínua vexação que padecem os povos destas capitanias nas causas cíveis tendo recurso na Cidade da Bahia onde existe a Relação ocasiona que padeçam os de menos cabedal se de mais justiça [...]” (AHU, cx. 10, d. 960, 1672). Esta carta em questão registra o ingresso dos moradores e autoridades na discussão sobre as novas definições de jurisdições que implicavam numa nova sistemática de criação de institutos.

Uma Relação corresponderia a uma centralidade jurídico-administrativa para a Coroa em seus domínios, também um lugar de ascensão profissional para os magistrados e uma instância de apelação de sentenças e despachos dos juizes ordinários e

dos juízes de fora (Wehling, 2004, p. 83) para os moradores. Em se tratando da América portuguesa, somente Salvador e depois o Rio de Janeiro abrigaram tal estrutura em tempos coloniais. Pernambuco só veio a ter uma relação no século XIX e de tipo provincial.

A sede na Capitania de Pernambuco tinha como argumentos além da intensa rede de relações comerciais e políticas, a proximidade. Afirmavam os agentes das câmaras que:

os caminheiros destas capitanias vão por terra por delas não se navegar, o quando vão por mar se embarcam nesta capitania de Pernambuco aonde é fácil ter fim apelação ou agravo sendo até quantia de cem mil réis alçada do ouvidor desta capitania de Pernambuco que é legado por Vossa Alteza [...]. (AHU, cx. 10, d. 960)

Outra solicitação, oriunda da comunicação entre o governador, Conde dos Arcos ao rei D. João V, pediria mais tarde a criação de uma junta de Justiça na capitania de Pernambuco, com o intuito de que nela fossem julgados os “crimes bárbaros” ocorridos nas comarcas de Ceará, Paraíba, Alagoas e Itamaracá, também motivado pelas distâncias que impediam a resolução dos crimes (AHU, avulsos de Pernambuco, cx. 64, doc. 5445, 1746). No entanto, os pedidos não foram atendidos pois em muitas situações a Coroa demonstrou não ter apreço por qualquer ideia formal de centralidade atribuída à posição da capitania de Pernambuco.

Por outro lado, em função das demandas e da inexistência de um programa voltado para o judicial, as autoridades da capitania exerceram posições de referência neste espaço do Estado do Brasil conforme constatamos. Enfim, encontramos descrições da justiça colonial reveladoras de seus altos graus de pessoalidade, marcada pelas carências de uma legislação geral e ambígua e pela ineficácia de tribunais tão dispersos, além das múltiplas incumbências dos ministros. Discutir estas relações coloniais na perspectiva dos diálogos, trocas e entrecruzamentos ultramarinos nos permite perceber semelhanças nos modos de conduzir as instituições. No entanto, neste momento, destacamos seus diferentes efeitos.

Se o programa autonomista da monarquia inglesa permitiu o autogoverno de suas colônias por um bom tempo através de institutos *ad hoc*, nas monarquias hispânica e portuguesa desenvolveram seus programas de modo a limitar as autonomias co-

loniais, no entanto, ao permitir que os tribunais do judicial desenvolvessem ações em maior ou menor grau sem sofrer controles imediatos, aí residiram as possibilidades para implementação ou gestão das autonomias.

## Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. 1997. *Jurisdição e conflitos – Aspectos da administração colonial*. Recife, EDUFPE/EDUFAL.

ALMOEDO, Virgínia Maria Assis. 2001. *Palavra de rei – autonomia e subordinação na capitania hereditária de Pernambuco*. Recife, Pernambuco, Tese de doutoramento (2001), Universidade Federal de Pernambuco.

BICALHO, Maria Fernanda. 2005. Pacto colonial, autoridades negociadas e o império ultramarino português. In.: SOHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (orgs.), *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, p.85–105.

BOXER, Charles R. 1965. *Portuguese society in the tropics*. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510- 1800. Madison, The University of Wisconsin Press.

CABRAL, George F. 2007. *Elites e exercício de poder no Brasil colonial: a Câmara Municipal de Recife (1710-1822)*. Salamanca, Espanha, Tese de doutoramento, Programa de Pós-graduação da Universidade de Salamanca.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. 2011. *Ouvidores da discórdia: contestações políticas e conflitos sociais na formação da comarca das alagoas. (1711-1722)*. Mimeog.

CAMARINHAS, Nuno. 2009. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). *Almanack Braziliense*, (09): 86-102.

CARDIM, Pedro. 2005. “Governo e Administração” – o vocabulário político do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org.), *Modos de Governar - ideias políticas no Império português (sécs. XVI-XVII)*. São Paulo, Ed. Alameda, 2005.

COUTO, Dom Domingos de Loreto. 1981. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

CUNHA, Mafalda Soares da; NUNES, Antônio Castro. 2016. Territorialização e Poder na

América Portuguesa. A criação de comarcas. Séculos XVI-XVIII. *Tempo*, Niterói, online, 22(39):01-30.

ELIAS, Norbert. 2001. *A Sociedade de corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro, Zahar.

ELLIOT, J. J. 1998. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina: A América Latina Colonial I*. 2ed., São Paulo, EDUSP, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, p. 283-337.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. 2009. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVII. *Tempo*, Editora da UFF, (27): 36-50.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (org.). 2001. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GOUVÊA, Maria de Fátima; SANTOS, Marília Nogueira dos. Cultura Política na dinâmica das redes imperiais portuguesas, séculos XVII e XVIII. 2007. In: ABREU, Martha; SOHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.); *Cultura Política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p.87-110.

GREENE, Jack P. Tradições de governança consensual na construção da jurisdição do Estado nos impérios europeus da Época Moderna na América. 2010. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.), *Na trama das redes – política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, p. 95-114.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. 2013. *No íntimo do sertão*: poder político, cultura e transgressão na Capitania da Paraíba (1750-1800). Recife, Pernambuco, Tese de doutoramento, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 319 p.

GUERRA, Flávio. 1984. *Nordeste – um século de silêncio*. Recife, Cia Editora de Pernambuco.

HESPANHA, A. Manuel. 2010. *Imbecillitas*. São Paulo, Annablume.

\_\_\_\_\_. 2010. Antigo Regime nos Trópicos? In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.), *Na trama das redes – política e negócios no Império Português, séculos XVI – XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.



- MELLO, Evaldo Cabral de. 2008. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. rev., São Paulo, Alameda.
- MILLÁN, José Martínez. 2009. A articulação da monarquia espanhola através do sistema de cortes: conselhos territoriais e cortes vice-reinais. In.: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula. (orgs.), *O Império por Escrito*. São Paulo, Alameda, p 21-44.
- MENEZES, Mozart Vergetti. 2005. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. São Paulo, SP, Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 300p.
- PAMPLONA, Marco A. 2006. Considerações e reflexões para uma história comparada das Américas: a respeito do artigo de Jack P. Greene. *Almanack Braziliense*, [S.l.], (4):37-46.
- PRADO, João F. de Almeida. 1942. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil (1530-1630)*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional.
- PUJOL, Gil Xavier. 1991. Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas Monarquias Europeias dos séculos XVI e XVII. *Penélope*, Barcelona, edições cosmos, (06):119-142.
- RAMINELLI, Ronald. 2011. As monarquias católicas e os poderes locais. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald. (org.), *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 29-54.
- RIBEIRO, Mônica da Silva. 2007. “Razão de Estado” na cultura política moderna: o império português, anos 1720-30. In: ABREU, Martha; SOHIET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.), *Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 131-154.
- RUIZ, Rafael. 2015. O sal da consciência. Probabilismo e Justiça no mundo ibérico. *Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull)*, São Paulo, 2015.
- SCHWARTZ, Stuart. 2011. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial – o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores 1609 - 1751*. São Paulo, Ed. Cia das Letras.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. 1998. *O modelo espacial do Estado Moderno – reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa, Portugal, Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Editorial Estampa.
- SOUZA, Laura de Mello. 2006. *O Sol e a Sombra*. Política e Administração na América

Portuguesa. São Paulo, Companhia das Letras.

TULLY, Alan. 1991. Political Development of the Colonies after the Glorious Revolution. In: GREENE, J. P.; POLE, J. R. (eds.), *The Blackwell Encyclopedia of the American Revolution*. Oxford, Basil Blackwell, p. 28-38

WEHLING, Arno. 2004. *Direito e Justiça no Brasil Colonial* – o Tribunal da Relação do rio de Janeiro. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Editora Renovar.

*Artigo recebido em 27 de outubro de 2017 e aprovado em 20 de janeiro de 2018.*